

Constituição leva British e Shell a vender minas

Ronaldo Lapa

Duas das mais importantes multinacionais que participam da atividade mineral no país já começaram a rever seus planos, em função da nacionalização do subsolo decidida pela Constituinte. A British Petroleum estuda a possibilidade de passar adiante a jazida de Fortaleza, em Minas Gerais (níquel, cobre e cobalto) e a Billiton Metais, do grupo Shell Brasil, anunciou que espera fechar ainda esta semana a venda da mina de Ibiajara, na Bahia, onde explora ouro. O negócio foi estimado em US\$ 2,5 milhões pelo presidente em exercício da Shell, Omar Carneiro.

As duas empresas acusam a Constituinte de limitar os seus movimentos no setor mineral, ao decidir que a pesquisa e a lavra só poderão ser realizadas por brasileiros ou empresas brasileiras de capital nacional. A nova Carta, entretanto, faculta às empresas estrangeiras instaladas no Brasil o direito de continuarem operando desde que industrializem aqui o minério, ou que passem o controle do negócio a um sócio brasileiro. Além disso, concede um prazo de quatro anos para que essas multinacionais se adaptem à nova situação.

Investimentos — O vice-presidente da área de desenvolvimento e comercial da British Petroleum, Cláudio Galaeze, explica que a posição de sua empresa é clara. A companhia investiu de capital próprio no país US\$ 190 milhões desde 1976, num esquema de investimentos que atinge os US\$ 339 milhões caso sejam computadas as aplicações com o petróleo. Além disso atua no setor mineral em três segmentos específicos: prospecção e pesquisa, áreas requeridas e projetos em fase de avaliação para serem implantados. A Constituição, segundo o executivo, vedou a possibilidade de requerimento de novas áreas, impediu o trabalho de prospecção e praticamente inviabilizou a implantação da mina de Fortaleza. Os trabalhos para a exploração dessa jazida significarão investimentos de US\$ 200 milhões, mas sua vida útil é de apenas 12 anos.

A esperança da British Petroleum é que a lei complementar que vai normatizar as decisões da Consti-

Maiores mineradoras estrangeiras no Brasil

Posições	Grupos econômicos	País	Nº de empresas
1	BRP/Brascan e Associados	Multi	112
2	Anglo-American/B. Simonsen	Af. do Sul	54
3	Arbed/Broken Hill	Multi	23
4	S. Hill/Treasury/Dunsam Inv	Multi	20
5	BRGM (SEREM)	França	5
6	Rhomb Poulenc S.A.	França	2
7	INCO	Canadá	15
8	Royal Dutch/Shell (Billiton)	Multi	19
9	South American Placers	Paraguai	2
10	Western Mining Corp.	Áustria	5
11	Reynolds	EUA	3
12	Rio Tinto Zinc	G-Bretanha	15
13	Fluor Corp. (ST. Joe Min)	EUA	14
14	Union-Oil/Moreira Salles	Multi	5
15	Gencor-Gen. M. Union Corp	Af. do Sul	6
16	Mofexa x P. Recursos	P. Baixos	1
17	Deltac International	G-Bretanha	2
18	Bunge Y Born	Argentina	4
19	Fordyce York & Littlefield	EUA	2
20	Holderbank Financière Glaris	Suíça	8
Subtotal			317
Outros grupos estrangeiros			156
total			473

Fonte: CNP

tuente abra para a empresa a possibilidade de ampliar a área da jazida de Fortaleza, a fim de aumentar a vida útil da mina e tornar a exploração rentável. "Se não houver condições de expansão não faremos novos investimentos. Tocaremos apenas a exploração de ouro, na mina Cabacal, em Mato Grosso, onde temos participação minoritária de 48% contra os 52% da Coben", explica Galaeze.

Argumentando que não vai investir recursos em setores em que o capital estrangeiro não é bem-vindo, o presidente em exercício da Shell, Omar Carneiro, justificou a decisão de vender a mina de Ibiajara. A empresa de agora em diante ficará com a transformação e beneficiamento de alumínio da fábrica Alumar e na Vale sul, que não sofreram com a decisão constitucional.

Apesar disso, continuará coordenando a campanha que reúne várias multinacionais, interessadas em sensibilizar os responsáveis pela regulamentação do texto constitucional.

Durante a primeira fase dos trabalhos da Constituinte, essas multinacionais gastaram US\$ 2 milhões com esse programa de esclarecimento aos parlamentares.

Colonialismo — "Encerramos 450 anos de exploração mineral, abrindo oportunidades para que brasileiros se beneficiem de nossas riquezas", desabafa o diretor da Companhia de Pesquisas de Recursos Minerais (CPRM), José Alberto Assunção, ao contestar a argumentação das empresas estrangeiras. Na sua avaliação era um absurdo o Brasil continuar exportando matérias-primas a preço vil para importar a preços altíssimos o minério beneficiado que era utilizado nas indústrias nacionais. Assunção lembra que os grupos multinacionais ainda vão lutar para que seja retomado o colonialismo mineral no Brasil, porque em vários países, como Austrália, Canadá e México, o subsolo foi nacionalizado e não houve qualquer problema com os grupos estrangeiros.

Participação de multinacionais é controversa

Nem os próprios números oficiais revelam com precisão a área do subsolo nacional que é controlada por empresas estrangeiras. O Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) garante que as multinacionais ficam com 19% do subsolo brasileiro (aproximadamente 1,6 milhão de quilômetros quadrados), mas o Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) tem outra interpretação da mesma realidade. Para este órgão, que pertence ao Ministério de Ciência e Tecnologia, as empresas estrangeiras abocanham 38%

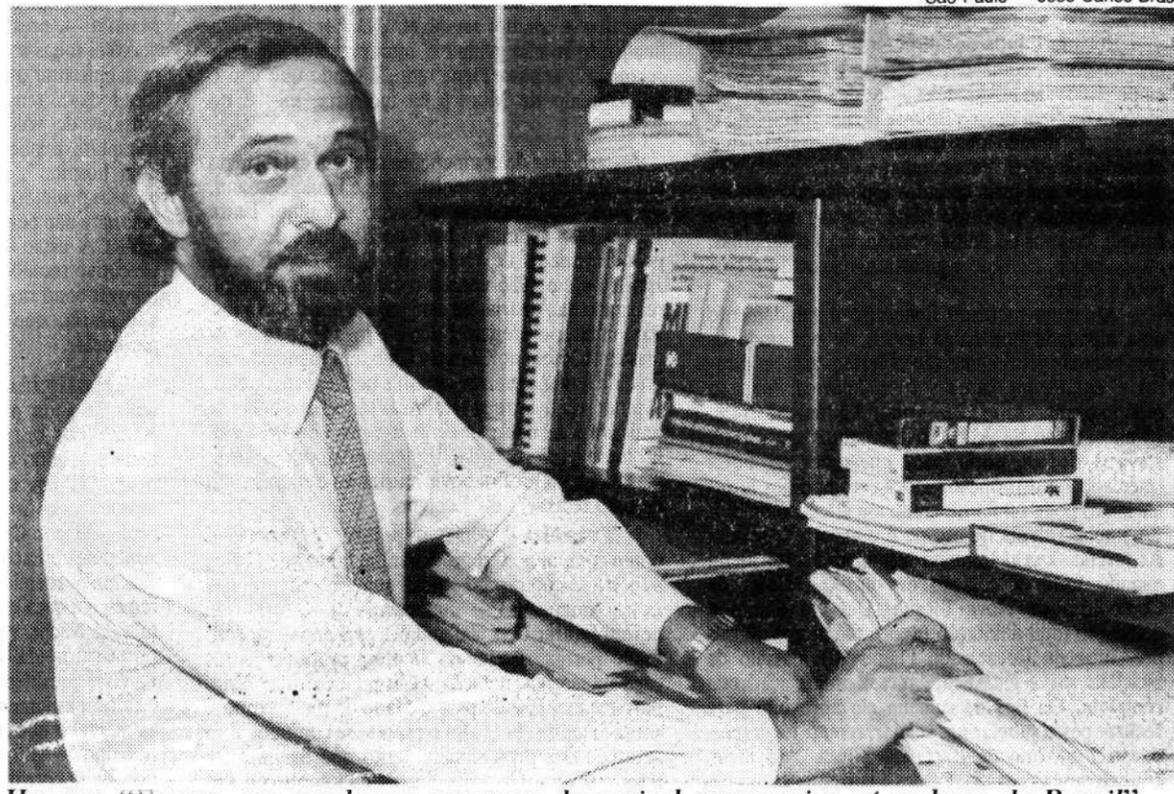
de tudo o que se pesquisa e explora no campo mineral no Brasil.

De qualquer forma, o maior grupo estrangeiro a participar da exploração do subsolo nacional é uma associação entre a British Petroleum (inglesa) e a Brascan canadense. Juntas, somam 197 empresas controlando uma superfície que equivale aos estados do Rio de Janeiro, do Espírito Santo, de Santa Catarina e de Sergipe. Elas detêm 16% de toda produção de cassiterita (minério de estanho), além de importantes reservas de ouro, prata, cobre, zinco e pirita.

O segundo lugar deste ranking fica com o grupo sul-africano Anglo American, em associação com a Bozzano Simonsen. Possuem 54 empresas cobrindo uma superfície superior ao Rio

de Janeiro e controlam ainda 83% de toda a produção mecanizada de ouro. Têm interesses na exploração de níquel, nióbio, prata, tungstênio e fertilizantes.

Na terceira colocação está uma associação entre duas estrangeiras: o grupo australiano Broken Hill e grupo Arbed, que é um dos maiores da Europa Ocidental. No Brasil, eles concentram suas atividades na exploração do ferro, com 12% da produção brasileira desse minério através da Samitri. O quarto peso pesado é a união de cinco grupos (Dunsan, Gold Mining, Treasure Valley Explo, Rio Tinto e Osborne & Chapell), com a participação do empresário Elke Batista, filho do ex-presidente da Cia. Vale do Rio Doce, Eliezer Batista.



Hanan: "Espero que nenhuma empresa de capital estrangeiro vá embora do Brasil"

Paranapanema vai investir em mineração mais US\$ 40 milhões

Ivan Martins

SÃO PAULO — Líder mundial na produção e exportação de estanho, a holding Paranapanema — capitaneada pelo empresário Octávio Lacombe —, o maior grupo privado nacional da área de mineração, vai investir, nos próximos 12 meses, US\$ 40 milhões na ampliação e diversificação de suas atividades, numa demonstração eloqüente de que a nova Constituição, que dedica considerável parcela de seu capítulo sobre a ordem econômica à mineração, não afetou seus planos de crescimento.

"Existe disponibilidade de recursos para investimentos na área de mineração da companhia. "Se o governo garantir a segurança das lavras em áreas tituladas, impedindo as invasões dos garimpos, não faltará projeto para a ampliação da produção mineral".

Potencial — Para o engenheiro — que acompanhou ativamente os trabalhos da Constituinte, defendendo, para o setor, o estabelecimento de um modelo tripartite, sustentado por empresas estatais, privadas nacionais e multinacionais — a Nova Carta não bloqueou o acesso das companhias estrangeiras ao subsolo brasileiro.

"As empresas estrangeiras que já estão no país vão verticalizar suas atividades para se adequar à lei", prevê. "Quem está fora vai se associar às nacionais, minoritariamente." A seu ver, o potencial mineral brasileiro é tamanho que não pode mesmo ser ignorado pelas companhias internacionais. "A fase de trauma emocional

provocada pela Constituinte vai passar e o setor mineral brasileiro vai crescer", acredita Hanan. "Espero que nenhuma empresa estrangeira vá embora do Brasil, pois precisamos muito de seus investimentos e de sua tecnologia."

Dificuldades — Com um potencial mineral nove vezes superior ao da África do Sul, ilustra o executivo, o Brasil tem um produto mineral de apenas US\$ 4,5 bilhões por ano, enquanto o país do *apartheid* fatura US\$ 20 bilhões por ano com seu subsolo. As multinacionais participam com apenas US\$ 750 milhões de investimentos acumulados na mineração brasileira.

"A Constituição criou dificuldades para que as multinacionais participem das atividades de pesquisa e lavra mineral, mas elas voluntariamente já não investiam muito nestas áreas", diz Hanan. "As multinacionais concentram suas atividades nas áreas de transformação industrial e serviços, que oferecem menor risco."

Já a Paranapanema, que tem 4.000 empregados e concentra suas atividades na região Amazônica, onde opera a mina de Pitinga, a maior mina de estanho do mundo, está partindo, este ano, para o aprofundamento e diversificação de suas lavras. A companhia acaba de acertar com a Cnen (Comissão Nacional de Energia Nuclear) a formação de uma *joint-venture*, onde terá maioria de 60%, para a produção e metalurgia da zirconita — um minério cujas ligas são utilizadas na fabricação das varetas que ficam no núcleo dos reatores nucleares.

"Nós temos a mina e a tecnologia de processamento inicial, e os técnicos do Cnen detêm a tecnologia dos processos mais avançados", explica o superintendente da Paranapanema. O casamento vai custar à Paranapanema investimentos de US\$ 15 milhões, que serão pagos com a exportação de zirconita bruta: "Em dois anos, estaremos abastecendo 10% do mercado mundial com o óxido de zircônio, que é a primeira etapa do produto refinado."

Planos — Os planos da Paranapanema vão todos por essa linha: explorar minerais novos, como a zirconita, o tântalo e o nióbio, agregando-lhes, no país, etapas progressivas de tratamento industrial. Esta estratégia tem, por objetivo, aumentar o valor agregado das exportações. O tântalo bruto, por exemplo, vale no mercado internacional cerca de US\$ 4 mil o quilo. Já o óxido de zircônio é cotado a US\$ 120 mil o quilo — quantia quase 30 vezes maior.

"Estes são os materiais da nova era, que serão usados em larga escala na década de 90", prevê Hana. Para dominar suas produções, a empresa vem investindo há três anos na formação de técnicos, montagem de laboratórios e desenvolvimento de tecnologias de beneficiamento. E já tem uma fábrica, que custou US\$ 5 milhões produzindo experimentalmente, em São Paulo, óxido de tântalo e óxido de nióbio. "O setor mineral não precisa de incentivos nem favores", assevera Hana. "Precisa apenas que o governo cumpra a lei e garanta os investimentos."